

Linguagem e moral



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade
ALVARO PENTEADO CRÓSTA



Conselho Editorial

Presidente
EDUARDO GUIMARÃES

ELINTON ADAMI CHAIM – ESDRAS RODRIGUES SILVA
GUITA GRIN DEBERT – JULIO CESAR HADLER NETO
LUIZ FRANCISCO DIAS – MARCO AURÉLIO CREMASCO
RICARDO ANTUNES – SEDI HIRANO

Marie-Anne Paveau

Linguagem e moral

UMA ÉTICA DAS VIRTUDES DISCURSIVAS

Tradução

Ivone Benedetti

EDITORIA UNICAMP

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

P288L Paveau, Marie-Anne.

Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas / Marie-Anne Paveau; tradução: Ivone Benedetti. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

1. Análise do discurso. 2. Ética. 3. Pragmática. I. Benedetti, Ivone Castillo.
II. Título.

CDD - 401.41

- 170

- 401.45

ISBN 978-85-268-1297-0

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso	401.41
2. Ética	170
3. Pragmática	401.45

Título original: *Langage et morale: une éthique des vertus discursives*

Copyright © 2013, Éditions Lambert-Lucas, Limoges (France)

Copyright © 2015 by Editora da Unicamp



Cet ouvrage, publié dans le cadre du Programme d'Aide à la Publication Universitaire – PAP Universitaire du Consulat général de France à São Paulo, bénéficie du soutien du Ministère français des Affaires Étrangères et du Développement International (MAEDI).

Este livro, publicado no âmbito do Programa de Apoio à Publicação Universitária – PAP Universitário do Consulado-Geral da França em São Paulo, conta com o apoio do Ministério francês das Relações Exteriores e do Desenvolvimento Internacional (MAEDI).

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp

Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp

CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil

Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728

www.editora.unicamp.br – vendas@editora.unicamp.br

Agradecimentos

Este trabalho foi beneficiado por algumas contribuições que não chegaram ao conhecimento geral e por isso quero ressaltá-las. Agradeço primeiramente a Sophie Moirand o infalível apoio que concede a meu trabalho há mais de dez anos; sua vigilância científica e amiga acompanha-me de maneira constante, e fico feliz por esta obra se iniciar com seu Prefácio. Sou muito reconhecida a Marc Arabyan pela dupla leitura de meu manuscrito, como colega e como editor: para um assunto inédito e pouco consensual, seu olhar foi ao mesmo tempo acolhedor e crítico. Quero também esclarecer que meu trabalho deve muito à reflexão de Claudine Tiercelin, em especial no que se refere à epistemologia das virtudes: ouvindo-a, encontrei o meio de integrar a questão ética à investigação linguística, passando pela noção de virtude epistêmica.

Sumário

<i>Prefácio</i>	11
INTRODUÇÃO – <i>Haverá relação entre linguagem e moral?</i>	17
1. <i>Fazer a indagação moral à linguagem</i>	29
1.1 O que entender por moral?.....	30
1.2 Indicadores éticos na linguagem.....	35
1.2.1 <i>Discursos leigos</i>	35
1.2.2 <i>“Categorias éticas”</i>	40
1.2.3 <i>Instabilidade léxico-semântica</i>	42
1.2.4 <i>Subjetividade e subjetivação: A parcela axiológica</i>	43
1.3 Dos pré-discursos às virtudes discursivas: Uma filosofia do discurso.....	46
1.3.1 <i>Discurso e pré-discurso: Um construtivismo realista</i>	46
1.3.2 <i>A opção pragmatista</i>	48
1.3.3 <i>O âmbito de uma linguística simétrica</i>	52
1.3.4 <i>Virtude epistêmica, virtude discursiva</i>	54
2. <i>Filosofia moral e atividade languageira</i>	57
2.1 <i>Reprovação e aprovação. De Aristóteles a Austin</i>	59
2.2 <i>A mentira, entre enunciação e intenção</i>	61

2.3	Metaética: Análise do discurso moral.....	65
2.4	Ética do discurso/da discussão (<i>Diskursethik</i>).....	67
2.5	Confiança e deferência.....	73
2.5.1	<i>A confiança: Princípio de caridade e indulgência epistêmica</i>	73
2.5.2	<i>A deferência: Divisão entre trabalho e cooperação</i>	76
2.6	Dois obras sobre a relação entre moral e linguagem.....	78
2.6.1	<i>Ética da relação com a linguagem: M. Castillo</i>	78
2.6.2	<i>Palavras tóxicas, palavras benéficas: M. Lacroix</i>	81
3.	<i>Moral, língua, discurso</i>	83
3.1	Sistema da língua e dimensão ética.....	84
3.1.1	<i>Uma dimensão ética da arbitrariedade do signo?</i>	85
3.1.2	<i>A linguística da mentira de H. Weinrich</i>	89
3.1.3	<i>Os marcadores de evidencialidade têm dimensão ética?</i>	91
3.2	Norma e deontologia em sociolinguística e em didática.....	94
3.2.1	<i>Ética, pessoas e variação: Juízos de valor e “morais languageiras”</i>	96
3.2.2	<i>A ética nos métodos de pesquisa</i>	101
3.3	Aspectos pragmáticos.....	109
3.3.1	<i>A lei de cooperação</i>	109
3.3.2	<i>A questão da má-fé</i>	114
3.4	Retórica, argumentação e análise do discurso.....	116
3.4.1	<i>A crítica da retórica</i>	116
3.4.2	<i>Dois “lugares” éticos da retórica: O ethos e a validade dos argumentos</i>	118
3.4.3	<i>Subjetividade e engajamento do pesquisador</i>	123
4.	<i>Morais sociais da fala</i>	131
4.1	Normas religiosas.....	132
4.1.1	<i>A blasfêmia e as afirmações antirreligiosas</i>	133
4.1.2	<i>Mentira</i>	139

4.2 Normas jurídicas: Penalização da fala	142
4.2.1 <i>Textos relativos aos direitos humanos</i>	143
4.2.2 <i>Lei de imprensa: Discurso e realidade</i>	144
4.2.3 <i>Delito de ultraje</i>	153
4.3 Normas sociais e sociopolíticas	159
4.3.1 <i>Polidez, moral social, moral linguageira</i>	159
4.3.2 <i>O caso da nética: Normas colaborativas</i>	164
4.3.3 <i>Morais sociopolíticas: O exemplo do politicamente correto</i>	170
5. <i>Virtude discursiva</i>	185
5.1 Filosofia do discurso.....	188
5.1.1 <i>Externalidade da mente e da linguagem</i>	188
5.1.2 <i>O ambiente cognitivo na linguística simétrica</i>	192
5.2 Uma ética dos valores para a linguística.....	195
5.3 A virada ética da epistemologia.....	203
5.4 A noção de virtude discursiva entre ética e linguística.....	211
5.4.1 <i>Conceitos para uma ética discursiva</i>	213
5.4.2 <i>Discurso virtuoso</i>	214
5.4.3 <i>Virtude discursiva</i>	216
5.4.4 <i>O agente virtuoso</i>	219
5.4.5 <i>Marcas do discurso virtuoso</i>	222
5.4.6 <i>Das virtudes discursivas: Memória, ajuste, decência</i>	225
6. <i>Memória e virtude</i>	229
6.1 A questão da memória em análise do discurso.....	233
6.1.1 <i>Memória discursiva</i>	233
6.1.2 <i>Desmemória e amemória discursiva</i>	235
6.2 Memória das palavras: Uso e abuso.....	242
6.2.1 <i>O tema moral do abuso das palavras e sua herança contemporânea</i>	242
6.2.2 <i>Dois exemplos de desajuste à memória discursiva</i>	248
6.2.3 <i>Inscrição do nome: Ética dos murais e das listas</i>	259
6.3 Memória ética do discurso científico.....	265

6.3.1 Breve história epistêmica do interdiscurso.....	267
6.3.2 Formas de desmemória: Projeção, reatribuição, assimilação.....	270
7. Ajuste do discurso à realidade.....	275
7.1 Dizer a verdade: Uma virtude ambígua.....	276
7.1.1 Dever de veracidade.....	276
7.1.2 Os valores sociais da verdade.....	280
7.2 A verdade como ajuste cognitivo.....	283
7.2.1 Ajuste à realidade: A “virtude da exatidão”.....	284
7.2.2 Ajuste à aceitabilidade.....	293
7.2.3 Ajuste à credibilidade.....	297
7.3 “Não matem o mensageiro.” Figuras do contador de verdade.....	300
7.3.1 O parresiasta ou a coragem da verdade.....	301
7.3.2 O whistleblower, ou narcisismo moralizado.....	303
8. Decência discursiva.....	311
8.1 As fronteiras da humilhação.....	314
8.1.1 Ritualizações.....	314
8.1.2 Regulagens interpretativas: Crítica ou humilhação?.....	317
8.1.3 O papel dos dispositivos tecnodiscursivos.....	320
8.1.4 Virtude discursiva e alteridade.....	322
8.2 Exercício da plasticidade axiológica.....	326
8.2.1 Insultos rituais e culturais.....	328
8.2.2 Práticas situadas: Desarmes e ressignificações.....	332
8.3 (Mal)tratar o discurso alheio.....	342
8.3.1 A questão da fidelidade.....	342
8.3.2 A questão da propriedade.....	346
CONCLUSÃO – Sobre uma relação entre linguagem e moral.....	353
Referências bibliográficas.....	363
Índice de autores citados.....	381
Índice remissivo.....	385

Prefácio

Marie-Anne Paveau demonstrou várias vezes em seus textos o desejo de trabalhar a análise do discurso do ponto de vista filosófico. É certo que o peso da filosofia não é uma novidade nesse campo. Manifestara-se desde os primórdios da chamada análise do discurso francesa (ADF), em que Althusser e depois Foucault constituíram (e continuam constituindo, o segundo mais que o primeiro) fontes estimulantes para “pensar” uma teoria do discurso. Mas a análise do discurso dos anos 1980-1990 na França, ao deparar com a necessidade de se reposicionar diante da etnografia da comunicação e da etnometodologia, diante do advento de novas correntes como a Critical Discourse Analysis nos anos 1990, diante da expansão das ciências da informação e da comunicação, frequentemente se preocupava mais com a especificidade das noções e dos métodos extraídos das ciências da linguagem (linguística de *corpus*, elaboração de aplicativos de análise, trabalho com as categorias de descrição e com os conceitos extraídos prioritariamente da semântica e da enunciação) para demarcar melhor seu território e fixar suas fronteiras.

Por esse motivo, o caminho trilhado por Marie-Anne Paveau mostra-se original, não hesitando em desbravar novos campos de investigação, ancorada em considerações epistemológicas fortes, porque bem informadas pela história da análise do discurso na

França (*Semen*, 29, 2010) e por um pano de fundo de conhecimentos substanciais em filosofia e ciências cognitivas. Desse modo, ela soube lançar as bases de uma relação entre discurso e cognição, propondo a noção de pré-discurso e reelaborando a noção de memória discursiva através da noção de *desmemória discursiva* (2006). Em seguida, debruçou-se sobre a percepção que os não linguistas têm do funcionamento da língua e do discurso, promovendo então uma *folklinguistics* (ou linguística popular) ainda pouco representada na França (2007a, 2008b). Por fim, optou por empenhar-se num campo mais frequentado pelos filósofos (e, mais recentemente, pelos juristas, de um ângulo diferente), ou seja, o das relações entre ética e linguagem. Essas etapas, das quais é possível encontrar neste texto numerosos vestígios e pontos de convergência, tendem por fim, de maneira cumulativa, a superar “as fronteiras disciplinares” e constituem na verdade os fundamentos de uma filosofia do discurso, graças a uma teorização sem a qual as análises de *corpus*, por mais refinadas e precisas que fossem, empreendidas em ciências da linguagem logo se tornariam redundantes e intelectualmente esterilizantes.

Faz parte desse percurso o ensaio aqui proposto, que trata da dimensão moral dos enunciados: essa *ética das virtudes discursivas* constitui uma pedra importante na elaboração de uma teoria do discurso que não tem medo da filosofia e reflete sobre suas próprias fronteiras.

É fácil vislumbrar a relação entre aquilo que alguns chamaram de “moral da linguagem” (Bernard Gardin, por exemplo, aqui citado), ou aquilo que eu mesma tentei classificar com o rótulo de “ética da responsabilidade em linguagem” (alguém que ocupe certas posições na sociedade seria considerado responsável pelas consequências de seus atos de fala), e aquilo que Marie-Anne Paveau estudou com o nome de “*folk* linguística”: o senso comum preside a produção de enunciados que dizem “o que fica bem dizer” e “o que não se deve dizer”. Em todos os tempos, a mentira que não deixa nenhum “vestígio” visível no enunciado (donde as restrições dos linguistas a interessar-se pelo assunto...) foi estigmati-

zada, assim como o insulto ou a má-fé. As normas sociais, que regulam as relações humanas, decidem o que constitui “boas maneiras” e o que é decente dizer ou não dizer nas interações face a face. As normas religiosas e políticas não ficam atrás, e ditam-se regras sobre a blasfêmia, a injúria, a difamação e até mesmo, hoje, sobre o “politicamente correto”... Assim, num recente suplemento do *Journal du Dimanche* (20 de maio de 2012), Femina, um artigo intitulado “Comentários na Internet: Cuidado com o que diz” adverte os leitores e as leitoras sobre a maneira de expressar a própria opinião, pois “a injúria ou a difamação podem custar até 12 mil euros”; dizer “o hotel estava imundo” pode ser *percebido como “ofensivo”*, acrescenta a autora do artigo, enquanto “*havia baratas e os lençóis estavam sujos*” é *algo preciso e justificado*... Resalta-se então o perigo que constitui o emprego dos axiológicos e preconizam-se “fórmulas comedidas”... Questão de “percepção”?

Mas acaso faz parte do “ofício de linguista” estudar, por exemplo, a má-fé (sobre a qual C. Kerbrat-Orecchioni se interrogara, na contramão dos “estruturalistas puros” que preconizam a objetividade em linguística)? Não – dizem alguns –, porque as regras explícitas (a lei) ou implícitas (o sentimento oriundo das normas sociais) não estão inscritas nas palavras nem nas construções sintáticas: não há marcas formais que constituam índices que possam ser detectados e repertoriados. Outros, vinculados à contextualização dos enunciados, buscam na “exterioridade” enunciados básicos de uma “moral em linguagem” e, na esteira de Searle, interrogaram-se sobre a sinceridade do ato performativo (“prometo não te enganar mais”). Percebe-se o porquê da dúvida sobre o trabalho do linguista, pois o que decide o caráter “virtuoso” daquilo que se diz são os juízos acerca dos enunciados, e não as formas dos próprios enunciados. Dizer que o cientista que não cita “corretamente” suas fontes não é “honesto” ou que um jornalista carece de “objetividade discursiva” (R. Koren) é da alçada do linguista? Ou será uma avaliação moralizante de ordem cultural e social? O mesmo ocorre com aqueles que investigam as normas da argumentação ou mesmo a *ética da discussão* (Habermas).

Ao mesmo tempo que revê e discute os pontos de vista dos filósofos, inclusive dos filósofos da linguagem que investigaram a ética (alguns deles em termos de linguagem), Marie-Anne Paveau propõe uma abordagem que se insere na linha dos trabalhos realizados por ela desde alguns anos. Assim, mesmo que a injúria não esteja na palavra, mas na percepção (“sentimento”) que se tem dela, ainda assim é preciso “situar” esse sentimento: ele está no locutor individual (ponto de vista internalista) ou também depende dos ambientes nos quais o locutor transita e das relações que este mantém com objetos desse ambiente (ponto de vista externalista)? Assim, a palavra francesa *racaille*, que em seu sentido primitivo do dicionário designa “populacho desprezível” (sentido “antigo”) e em seu sentido “moderno”, um “conjunto de safados” ou uma “pessoa pouco recomendável”, muitas vezes é usada por certos grupos de jovens que ressemantizaram a palavra e lhe deram nuances afetivas (“t’es une vraie racaille, toi!”), mas será considerada “ofensiva” se utilizada por alguém de fora do grupo, principalmente se esse alguém representar uma autoridade (deputado, policial, professor, presidente).

Marie-Anne Paveau lança assim as bases de uma *ética das virtudes discursivas* baseada numa pragmática filosófica e situa o indivíduo em suas relações com o mundo e seus objetos; a dimensão moral dos enunciados, se não está no próprio enunciado nem na cabeça do indivíduo, está na relação que ele tem com o ambiente e, portanto, com “os valores” do mundo social exterior (*sinceridade, tolerância, respeito ao outro...*), valores que são elaborados pelos próprios agentes e propostos em seus enunciados. A blasfêmia e a difamação só existem em decorrência do valor que assumem num determinado lugar, situação, cultura e época. Por isso, para o linguista que se interesse por tais questões, há a possibilidade de levar em conta os metadiscursos, as avaliações dos próprios atores e as escolhas que eles fazem em suas produções, bem como de observar as produções verbais no conjunto do sistema constituído dos locutores e de seus ambientes humanos e não humanos (e não as regras e as normas “exteriores” aos agentes). Assim, para Marie-Anne

Paveau, *discurso virtuoso* é o discurso ajustado aos valores vigentes, ajustado aos agentes, ajustado à realidade do mundo e ao conjunto das produções verbais que constituem a memória discursiva das sociedades.

Ao longo de toda esta obra, começa-se por tomar consciência de que as interrogações sobre as relações entre moral e linguagem não são novas: ocorrem a filósofos, especialistas em pragmática e argumentação há muito tempo e em todos os lugares, bem como, mais recentemente, a alguns linguistas do discurso (o que é comprovado por numerosas referências bibliográficas e pelos índices remissivos). Mas o grande mérito dela é propor ao mesmo tempo uma reflexão filosófica sobre as relações entre linguagem e moral, moral e ética, ética e linguagem e uma metodologia de análise que possibilite estudar os valores que regulam as produções linguageiras dos indivíduos através das formas como elas se inscrevem nos discursos (pois, tal como o epidíctico, existem o evidencial, a redenominação, por exemplo, e até certas formas de interdiscurso e intertextualidade), bem como (e sobretudo) através das manifestações de ajuste do discurso dos agentes aos valores vigentes (ajuste aos outros, ajuste ao mundo, ajuste às memórias). Ademais, as propostas de Marie-Anne Paveau são respaldadas por numerosos exemplos, colhidos na diversidade dos discursos contemporâneos (discursos políticos, midiáticos, científicos), em diferentes situações (propriedade intelectual, desacato à autoridade, ética dos pesquisadores de campo...) e em diferentes suportes (imprensa, literatura, gêneros da Internet), que estão em estreita relação com a atualidade social e cidadã, demonstrando – caso ainda não estivéssemos convencidos – a urgência epistemológica *de uma ética das virtudes discursivas*.

Paris, 22 de maio de 2012

Sophie Moirand

Professora emérita

Université Sorbonne Nouvelle

Pres Sorbonne Paris Cité

INTRODUÇÃO

Haverá relação entre linguagem e moral?

O discurso ordinário gosta de lembrar que só se compara aquilo que é comparável, e que algumas analogias se parecem a misturas escandalosas. É o caso da comparação entre a morte de uma criança e o zumbido no ouvido, objeto de uma discussão na seção de cartas dos leitores da revista *Télérama* em 2009:

Ouvi num programa, recentemente, um homem falar da impossibilidade de se recobrar da morte de uma criança. Então ele disse: “A gente não se acostuma, a gente convive com isso”. E o apresentador Patrick Sébastien acrescentou sem rir: “Sim, é como o zumbido no ouvido”. Confesso que a comparação me deixou estarecida (*Télérama*, 5 de agosto de 2009, *Courrier des Lecteurs*, “Sans rire”).

A essa indignação de leitor responde a cólera de outro no número seguinte:

Quem não sabe que se cale! [...] o zumbido no ouvido é uma perturbação auditiva lancinante que carregamos conosco e que retorna regularmente como um *leitmotiv*. A perda de uma criança é um sofrimento lancinante que carregamos em nós e que volta como um *leitmotiv*. O senhor Sébastien sabe do que está falando, ele que perdeu um filho. Não tenho zumbidos no ouvido, mas sei do que o senhor Sébastien está falando.

Achei a comparação perfeitamente exata (*Télérama*, 19 de agosto de 2009, *Courrier des Lecteurs*, “Sans rire (continuação)”).

Esses comentários propõem com acuidade uma questão moral,¹ que constituirá o cerne desta obra: Pode-se dizer tudo? Embora a dimensão moral não esteja explícita nessas reações, compreende-se que a comparação é considerada indecente pelo primeiro leitor e decente ou mesmo pertinente, porque baseada no saber da experiência, pelo segundo. A comparação, material da linguagem, é, portanto, objeto de um comentário não de ordem linguística, mas moral. Na realidade, as duas ordens são relacionadas: E qual é a natureza dessa relação?

Linguística e axiologia

À primeira vista, as questões de ética não dizem respeito às ciências da linguagem,² quer se trate de estudos de língua ou de análises textuais e discursivas: se o estudo da língua como sistema é o estudo das leis formais de funcionamento da língua, se o estudo da língua em contexto consiste em trabalhar sua articulação com dados sociais, históricos e culturais numa perspectiva objetiva, então é difícil entender como o parâmetro ético interviria. A questão da moralidade das palavras ou do discurso não pertence ao programa da linguística. Pode-se até dizer que a questão ética causa *embaraços* à linguística, como ressalta C. Kerbrat-Orecchioni a propósito da noção de sinceridade em pragmática:

essa questão da sinceridade causa embaraços à reflexão pragmática assim como abarrotta o campo retórico. Condição de sinceridade de Searle,

1 Segundo a tradição filosófica analítica, empregarei indiferentemente *moral* ou *ético* nesta obra; explico-me com detalhes no capítulo 1.

2 Emprego *ciências da linguagem* e *linguística* como sinônimos no sentido mais amplo do termo, ou seja, como domínio que engloba as linguísticas da língua, do texto e do discurso, as correntes sociolinguísticas, as linguísticas de *corpus*, a história da linguística etc.

máxima de qualidade de Grice: formulado como imperativo moral, o princípio evidentemente se presta a críticas. Mais satisfatórios são os termos de Ducrot: para ser “bem-sucedido”, um enunciado não precisa ser realmente sincero, o que geralmente ocorre – ao enunciar “prometo vir”, faça-o como se tivesse a intenção de cumprir o ato prometido, seja qual for minha intenção real (falar é *afirmar-se sincero* em seus enunciados) (Kerbrat-Orecchioni, 2002, p. 185).

C. Kerbrat-Orecchioni conhece bem esses embaraços, pois seu trabalho sobre a má-fé (1981, 1986) foi objeto de severas críticas por parte de linguistas defensores da “neutralidade estruturalista”. É o que ocorre com J.-P. Kaminker, que, numa resenha de *L’implicite* [O implícito] (Kerbrat-Orecchioni, 1986), na revista *La Pensée*, alfineta com firmeza aquilo que ele chama de “retorno do axiológico, em outras palavras, dos juízos de valor, como dimensão legítima do trabalho dos linguistas”, e o desaparecimento progressivo do “posicionamento descritivista contra os juízos de valor”, que, segundo ele, constituía um dos “tabus estruturalistas” (Kaminker, 1986, p. 75). Adiante ele fala da “impugnação geral do axiológico que devia ser considerada eminentemente salutar no clima intelectual dos anos 1970” (*idem*, p. 76), impugnação esta posta em xeque pelo “desenvolvimento da sociolinguística, da análise de discurso, da teoria da enunciação e, mais recentemente, da pragmática” (*idem*, p. 77).³

Essa crítica é interessante em vários aspectos para pensar a questão ética em linguística. Em primeiro lugar, a crítica às análises de C. Kerbrat-Orecchioni sobre a má-fé não contém nenhuma contra-análise, mas sim uma crítica metodológica e política: o

3 A crítica de J.-P. Kaminker é em grande parte política, pois ele acusa C. Kerbrat-Orecchioni de “má-fé” metodológica e científica, considerando que sua obra é essencialmente um ataque contra o Partido Comunista: “*L’implicite* é uma má ação que desacredita a pragmática pelo menos na medida em que pode prejudicar o Partido Comunista Francês” (Kaminker, 1986, p. 80). Deixo de lado esse aspecto do problema para me concentrar aqui na questão axiológica.

linguista objetivista não parece ter muitos argumentos para opor à linguista pragmática. Em segundo lugar, o léxico do tabu e da impugnação para designar a axiologia parece dizer, no contrapelo do objetivo visado, até que ponto as questões de valoração dos discursos são “naturais” na análise linguística e impossíveis de eliminar, sendo sempre passíveis de emergir sem aviso prévio, como o inconsciente. Seria melhor então integrá-las na análise linguística e torná-las controláveis por uma reflexão epistemológica e por elaborações teóricas e metodológicas. Por fim, e principalmente, parece que o “retorno do axiológico” indicado como ameaça à neutralidade linguística é um tanto quanto ilusório, pois os trabalhos que integram as questões do valor, da moral ou mesmo da valoração dos discursos não são numerosos e pouco abalaram desde os anos 1970 o predomínio institucional dos setores da linguística que falam em nome da objetividade atribuída à abordagem saussuriana.

Contudo, é preciso mencionar a notável exceção da “ética da discussão”, ou “ética do discurso” (*Diskursethik* em alemão, *discourse ethics* em inglês), elaborada a partir dos anos 1980 por Apel e Habermas. É uma teoria da comunicação segundo a qual a eficácia e o sucesso desta repousam em normas morais, numa óptica neokantiana; o termo *discurso* é tomado em seu sentido anglo-saxônico de troca interacional e de conversação. Voltarei pormenorizadamente a essa proposta. Não se trata de uma teoria que tenha por objeto a linguagem ou o discurso, mas sim a comunicação intersubjetiva e os intercâmbios argumentativos: a dimensão ética está presente nas relações de comunicação, em outras palavras, nas estruturas do intercâmbio, e não na forma das palavras e dos discursos. Ainda que se tenha o hábito de falar da “virada linguística” da sociologia crítica para qualificar esses trabalhos, uma verdadeira “virada axiológica da linguística” não parece ter sido ainda inaugurada, visto que a questão ética não foi *diretamente* formulada à linguística *como disciplina*.

De fato, apesar das importantes evoluções da pesquisa linguística e das disciplinas contributivas nestes últimos 20 anos, que, em